

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	24
------------------------	-----------

PARTE 1

CONTROLE FINANCEIRO EXTERNO: SUJEITO, VERBO E PREDICADO

I

FUNÇÃO DE CONTROLE	43
I.1 As acepções gerais e contemporâneas do termo “controle”	44
I.2 O sentido jurídico do controle da Administração Pública.....	46
I.3 As formas de controle da Administração Pública.....	49
I.3.1 Controle interno e externo.....	52
I.3.2 Controle prévio, concomitante e posterior	59
I.3.3 Controle administrativo, legislativo e jurisdicional.....	65
I.3.4 Controle de subordinação e de vinculação	67
I.3.5 Controle de legalidade e de mérito.....	68
I.3.6 Controle de resultados.....	81

II

CONTROLE FINANCEIRO EXTERNO.....	87
II.1 A gênese do controle financeiro e o dever de prestar contas.....	89
II.2 O controle financeiro na perspectiva democrática	97
II.3 O orçamento e o controle financeiro	105

II.4	A <i>accountability</i> no Estado Democrático de Direito.....	110
II.5	O controle financeiro externo e o controle político no contexto europeu.....	114

III

ÓRGÃOS DE CONTROLE FINANCEIRO EXTERNO 119

III.1	O modelo Controladorias	120
III.1.1	<i>National audit office</i> : reino unido.....	123
III.1.2	<i>Government accountability office</i> : EUA.....	127
III.2	O modelo Tribunais de Contas	129
III.2.1	Atividades jurisdicionais dos tribunais de contas	133
III.2.2	Tipos de tribunais de contas: francês, italiano e belga.....	135
III.3	O modelo adotado pelo Tribunal de Contas Europeu.....	144
III.4	As convergências entre os modelos e a revisão por pares	151

PARTE 2

EVOLUÇÃO DO CONTROLE FINANCEIRO EXTERNO EM PORTUGAL E NO BRASIL: A BASE DEMOCRÁTICA DAS ATUAIS FUNÇÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

I

JORNADA DO TRIBUNAL DE CONTAS EM PORTUGAL E NO BRASIL..... 159

I.1	Da Casa dos Contos ao Tribunal de Contas	162
I.2	O Tribunal de Contas como instituição republicana.....	171

II

PANORAMA JURÍDICO PROCESSUAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL..... 193

II.1	O Tribunal de Contas sob os ares democráticos.....	193
II.2	O tratamento infraconstitucional do Tribunal de Contas de Portugal...	203

II.2.1	Divisão das competências em três secções	206
II.2.2	Inovações operadas pela Lei nº 48/2006	207
II.2.3	Competência subjetiva	210
II.2.4	Competências materiais	214
II.2.5	Destinatários das atividades	228

III

PANORAMA JURÍDICO PROCESSUAL DO TRIBUNAL DE CONTAS

NO BRASIL..... 231

III.1	O Tribunal de Contas após a redemocratização do Brasil.....	231
III.1.1	Independência do tribunal de contas	234
III.1.2	Extensão do alcance da fiscalização	240
III.1.3	Ampliação da competência subjetiva.....	243
III.1.4	Detalhamento das competências materiais.....	247
III.2	A natureza jurídica das decisões do Tribunal de Contas	254
III.3	A estrutura organizacional do Tribunal de Contas.....	258
III.4	A forma federativa de Estado e o Tribunal de Contas	262
III.5	A lei orgânica e as funções do Tribunal de Contas.....	271
III.5.1	Função jurisdicional.....	274
III.5.2	Função fiscalizadora	279

PARTE 3

AUDITORIA NOS TRIBUNAIS DE CONTAS DE PORTUGAL E DO BRASIL: PRINCÍPIOS E REGRAS INTERNACIONAIS

I

AUDITORIA..... 283

I.1	As noções de auditoria.....	284
I.2	A classificação da auditoria em interna e externa	287

II

AUDITORIA EXTERNA DO SETOR PÚBLICO..... 291

- II.1 As normas internacionais de auditoria (ISSAI) 292
- II.2 A Carta Magna da auditoria (ISSAI 1)..... 295
- II.3 Os princípios fundamentais de auditoria (ISSAI 100)..... 300

III

TIPOS DE AUDITORIA EXTERNA DO SETOR PÚBLICO..... 307

- III.1 A auditoria financeira 309
- III.2 A auditoria de conformidade 311
- III.3 A auditoria operacional 313

PARTE 4

**AVALIAÇÃO DE EFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS EM PORTUGAL E NO BRASIL:
CRITÉRIOS JURÍDICOS BALIZADORES**

I

POLÍTICAS PÚBLICAS..... 335

- I.1 A evolução da ideia de política pública 336
- I.2 O conceito atual e as características de política pública 341
- I.3 A política pública e o Direito 347
- I.4 O ciclo da política pública 352
 - I.4.1 Montagem da agenda 353
 - I.4.2 Formulação das políticas 356
 - I.4.3 Tomada de decisão 356
 - I.4.4 Implementação 358
 - I.4.5 Avaliação 360

II

AVALIAÇÃO DE EFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 363

- II.1 A avaliação de políticas públicas no contexto da UE 368
- II.2 A avaliação de políticas públicas segundo a INTOSAI (GUID 9020)..... 372
- II.3 A avaliação de políticas públicas pelos Tribunais de Contas em Portugal e no Brasil..... 380
 - II.3.1 Avaliações do tribunal de contas de Portugal 385
 - II.3.2 Avaliações do tribunal de contas no Brasil 388

III

MÉTODOS E LIMITES JURÍDICOS DA AVALIAÇÃO DE EFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS..... 395

- III.1 Realizar a finalidade da avaliação (colaborar)..... 397
- III.2 Valorizar o consenso e o diálogo qualificado (cooperar) 405
- III.3 Afastar o caráter impositivo e punitivo (recomendar e não determinar) 418

CONCLUSÕES 429**REFERÊNCIAS 435**